



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 72ª
(SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma retificação.

O requerimento da Deputada Celina Leão que "requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 515, de 2015, que declara Brasília-Brasil e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Jerusalém-Israel cidades irmãs e dá outras providências”, não faz parte do Expediente lido.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Eu gostaria de cumprimentar o pessoal que está presente na galeria, em nome do Luciano; do Wesley; do Júnior, da Academia Sabin; do Jessé da JK *Fitness*; do Márcio Padilha, da *Runway*; da Vivi, do Corpo 4; e do Michel, da *Smartfit*. Sejam bem-vindos à Câmara.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Agaciel Maia, Sras. e Srs. Deputados, amigos presentes, hoje eu gostaria apenas de falar acerca de um projeto de lei que apresentamos nesta Casa. Ele foi focado especialmente pela morosidade do Poder Executivo. Eles pediram alvará de construção e a carta de habite-se em edificações do Distrito Federal.

Quando nós criamos a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Produtivo, começamos a ver algumas coisas que precisariam acontecer para que a economia possa voltar a girar na nossa cidade. Segundo temos visto pela mídia, há um grande descontentamento por parte dos cidadãos e das empresas interessados em obter o alvará de construção e a carta de habite-se aqui no Distrito Federal.

Os prazos fixados na legislação demoram meses ou, até mesmo, anos para ser cumpridos, o que inviabiliza logicamente qualquer empreendimento. Enquanto isso, recursos públicos deixam de ser arrecadados, prejudica-se o mercado de trabalho e os interessados em obter o alvará de construção e a carta de habite-se, além de arcarem com os pesados custos de oportunidade, sofrem incidência do IPTU por alíquota maior do que a que lhes seria aplicável caso tais autorizações fossem concedidas dentro do prazo legal.

Apenas para se ter uma ideia, reportagem do *Jornal de Brasília* de abril deste ano, estimou em 105 milhões de reais o montante que o GDF poderia ter arrecadado. Eu disse, 105 milhões de reais que o GDF poderia ter arrecadado no primeiro trimestre a título de imposto sobre a transmissão de bens imóveis – ITBI, caso a carta de habite-se de 8.800 unidades residenciais e comerciais de Taguatinga houvesse sido expedida no prazo legalmente fixado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Criada neste governo para ser a solução de todos os males no tocante à emissão do alvará de construção e da carta de habite-se, a Central de Aprovação de Projetos, a famosa CAP, não logrou êxito na sua missão. Dados da própria CAP apontam que há um passivo de 2.777 projetos aguardando análise para que sejam ou não aprovados.

Diante desse lamentável cenário – que não tem preocupado em momento nenhum o Poder Executivo, já que insiste em manter essa CAP, visto que se mantém inerte como se tudo estivesse às mil maravilhas –, propus um projeto de lei no qual prevejo uma série de mecanismos para desburocratizar e agilizar a expedição do alvará de construção e da carta de habite-se de edificações aqui no Distrito Federal.

Primeiramente, proponho que pelo menos 5% do quantitativo total dos cargos comissionados e funções de confiança do Executivo sejam ocupados por engenheiros ou arquitetos incumbidos de tarefas relacionadas à expedição do alvará de construção e da carta de habite-se. Em termos absolutos, considerando a monstruosa quantia de 20.814 cargos comissionados e funções de confiança existentes no Poder Executivo do Distrito Federal, isso equivale a, no mínimo, 1.040 vagas que seriam ocupadas por engenheiros ou arquitetos e pessoas das áreas afins da expedição desses alvarás.

Em segundo lugar, proponho que o Executivo forneça, gratuitamente, cursos com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à expedição do alvará de construção e da carta de habite-se. Essa medida tem o condão de fazer com o que o Poder Executivo cumpra seu papel de orientar os interessados em obter tais autorizações sobre os critérios adotados na análise dos processos.

Em terceiro lugar, proponho a extinção da Central de Aprovação de Projetos - CAP. É evidente que a CAP não cumpriu seu objetivo, burocratizando mais ainda aquilo que já era burocratizado e atrasando a emissão do alvará de construção e da carta de habite-se. Nesse contexto, o órgão deve ser extinto, descentralizando-se suas atribuições para as administrações regionais e nelas realocando-se, conforme o critério da demanda, seus servidores, em linha, aliás, com o que preconiza a Lei nº 1.172, de 1996.

Em quarto lugar, proponho mais uma sanção caso os prazos legalmente estipulados para a expedição do alvará de construção e da carta de habite-se não sejam cumpridos. Tal sanção consiste na demissão do Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil, haja vista referida autoridade ser a responsável pela gestão administrativa do Distrito Federal, possuindo poderes, portanto, para dotar de mais eficiência os processos de emissão do alvará de construção e da carta de habite-se.

Por fim, em último lugar, porém não menos importante, proponho a concessão do direito àqueles cuja expedição do alvará de construção e da carta de habite-se esteja atrasada, de ter o IPTU calculado com base nas alíquotas de 1% e 0,3%, respectivamente. Trata-se de alíquotas menores, aplicáveis aos que já



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

possuem o alvará de construção e a carta de habite-se. Essa medida se justifica porque não me parece justo penalizar os interessados em obter tais autorizações por uma falha que não é deles, mas sim do ente tributante; no caso, o Poder Executivo do Distrito Federal.

Espero que, de fato, esse projeto seja entendido pelos nobres colegas aqui da Câmara Legislativa e que possa ser aprovado para que se agilize aquilo que é hoje tão burocrático. E que a gente dê uma resposta ao setor produtivo que tanto assim precisa da nossa ajuda sobre isso.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, eu quero parabenizar V.Exa. pelo seu pronunciamento. Tanto o habite-se, como a autorização de construção, como o alvará são de fundamental importância para o desenvolvimento do Distrito Federal; tanto que no ano passado nós propusemos o alvará digital. Foi uma proposição encaminhada ao Poder Executivo, que também não deu uma resposta, no sentido de que hoje, por meio de certificações, você pode entrar, apresentar toda a documentação. Nós sabemos que imposto de renda e tantos outros são feitos hoje via *internet*. O alvará digital já existe em algumas cidades do Brasil, e você cumpre todas as exigências e recebe o alvará digital sem a necessidade de ter o contato com o pessoal de licenciamento.

Nós sabemos que muitos problemas surgiram. Há uma promiscuidade grande nesse relacionamento, às vezes troca de favores, quando, na realidade, a administração é obrigada a conceder os alvarás. Não só o governo tem, Deputado Bispo Renato Andrade – e esse projeto de V.Exa. é inteligente –, um favorecimento. O governo ganha ao dar celeridade ao processo dos alvarás e de concessão de uso. São eles que vão gerar emprego, gerar renda e gerar também arrecadação para o governo. É difícil entender como é que o governo faz uma burocracia que se vira contra o próprio governo. V.Exa., ao abordar esse tema, traz uma coisa importantíssima.

Muitas tentativas já foram feitas nesse sentido, inclusive a centralização, que não deu certo. Estão devolvendo para a administração. Tem que haver um treinamento. Nós temos que evitar esse contato entre as pessoas que precisam do alvará e a administração para que não haja exatamente situações como as que foram relatadas várias vezes aqui, de o sujeito estar pedindo as coisas para poder soltar o alvará.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Obrigado, Deputado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, eu quero apartear V.Exa. para me juntar à preocupação de V.Exa. Tem toda a razão o Deputado Agaciel Maia na manifestação que fez. De fato, isso representa desenvolvimento e, ao representar desenvolvimento, não quer dizer que se vá privilegiar esse ou aquele. A prioridade a um fundamento de desenvolvimento como esse não quer dizer a concessão de nenhum favor pessoal; ao contrário. Ao se dar prioridade e, com isso, celeridade aos processos, vai se dar, inclusive, oportunidade ao postulante de recorrer, em caso de indeferimento, à instância própria. O que nós não podemos admitir é que o Distrito Federal fique paralisado em razão de inoperância, de ineficiência, porque o patrão do agente público é a sociedade. Era essa a contribuição que eu queria dar à preocupação de V.Exa. e à manifestação do Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, primeiro, quero parabenizar V.Exa. pelo brilhante discurso e também pelo tema extremamente relevante para a nossa cidade.

Eu acredito, Deputado Chico Vigilante, que nós temos que sair do atraso, porque nós estamos na Capital da República. Eu imagino, Deputado Agaciel Maia, uma cidade como a de São Paulo, que é, salvo engano, cinco vezes maior do que o Distrito Federal. Segundo informações que a nossa assessoria técnica levantou, um alvará de construção na cidade São Paulo, que é cinco vezes maior que o Distrito Federal, demora um terço do tempo do que aqui demora. Isso numa cidade como a de São Paulo, que tem cinco vezes mais habitantes do que a Capital da República.

Eu me pergunto: por que será que aqui, na nossa cidade, nós ainda, na administração pública, vivemos, Deputado Chico Leite, Deputado Chico Vigilante, na época ainda da datilografia? No Distrito Federal, na nossa administração pública, em algumas administrações regionais, sequer, Deputado Bispo Renato Andrade, há cadeira para o servidor se sentar, sequer há computador para o servidor trabalhar, sequer a internet funciona! Ainda mais, quando funciona a internet do técnico da área de arquitetura e engenharia, a da DAG cai e não funciona.

Aí eu faço uma pergunta: por que existe esse sucateamento na administração pública do Distrito Federal? Eu não estou culpando governo a, b, c, d, e ou f, eu estou falando que existe hoje um sucateamento das áreas técnicas do governo e que, infelizmente, isso causa um retrocesso. Brasília, que é uma cidade planejada, que foi feita com visões futuristas, tem sua administração ainda em 1960.

Parabéns a V.Exa. por esse projeto de lei. Conte com meu voto. Conte com meu apoio para que a gente possa dar agilidade na liberação dos alvarás aqui do Distrito Federal. Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Obrigado, Deputado Agaciel Maia, Deputado Rodrigo Delmasso e Deputado Chico Leite pelos apertes.

Encerro dizendo o seguinte: nós temos participado disso, como o Deputado Joe Valle, que trabalha muito com o setor produtivo, como V.Exa. Os nossos empresários estão querendo ir embora do Distrito Federal. Participei de uma reunião há poucos dias. Alguns estão indo embora. O próprio Presidente do SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – quer deixar de investir aqui para investir em Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, e tantos outros empresários. A gente tem que facilitar a vida desses empresários porque eles geram emprego, renda e riqueza.

Ao encerrar esse pronunciamento, eu só quero dizer que nós recebemos, ainda há pouco, o pessoal da educação, que veio fazer um pedido acerca do plano que nós aprovamos, o Plano Distrital de Educação. É interessante, Deputado Joe Valle, Deputado Chico, que o governo vetou, Deputado Prof. Reginaldo Veras, o próprio projeto, artigos do projeto que ele enviou. É uma coisa inédita: o governo vetando o governo. Se até o governo está vetando o governo, o que vem por aí?

Muito obrigado. Boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao nobre Francisco Domingos dos Santos, o nosso Líder do PT, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho aqui em mãos um projeto do Poder Executivo que acaba de ser lido nesta Casa e para o qual o Governador pede urgência. O projeto, Deputado Agaciel Maia – V.Exa. é o relator na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – trata do aumento da taxa de iluminação pública. O governo está aumentando a taxa de iluminação pública em 32,5% de uma vez, para vigorar a partir do dia 1º de janeiro de 2016. Portanto, 32% de aumento na taxa de iluminação pública, quando nós sabemos que muita gente no Distrito Federal paga a taxa de iluminação pública e não tem iluminação pública.

O governo fez mais: como não dependia da Câmara Legislativa, ele autorizou dois aumentos da CEB neste ano de 2015. O total desses dois aumentos da CEB corresponde exatamente a 46%. Foi um aumento em janeiro e outro em julho. A nossa conta de luz aqui – sem contar aquela bandeira vermelha, porque aí é culpa do Governo Federal –, de responsabilidade do Governo do Distrito Federal, aumentou em 46%. A taxa de iluminação pública, com aumento de 32%, vem em cima da conta já reajustada em 46%.

Eu quero saber onde vamos parar. E depois, ainda quer que as pessoas invistam no Distrito Federal, as lanchonetes, os restaurantes, as padarias, tudo. É grave, muito grave essa situação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

As distribuidoras de gás aumentaram o gás hoje também. Há distribuidora que já aumentou em 23% o gás de cozinha, e os salários continuam os mesmos, inclusive até com ameaça de rebaixamento.

Eu não acredito, Deputado Agaciel Maia, que esse projeto de aumento em 32% passe. Irei orientar minha bancada a votar contra, porque não aceitei esse tipo de reajuste no tempo em que o Agnelo era governador. Não aceitei naquele tempo em que eu era governo, não vou aceitar agora, sendo Oposição, porque isso é uma extorsão, é meter a mão no bolso da gente.

É preciso que o governo tenha o mínimo de jeito de tratar as coisas, não dá para extorquir. É uma verdadeira extorsão o que se está fazendo com a comunidade inteira indefesa, usuários indefesos.

O segundo ponto que eu quero abordar é que o Distrito Federal, no que tange à saúde pública, parece que a cada dia piora mais. Ontem à tarde eu recebi um comunicado via *whatsapp* de uma moradora de Ceilândia que está internada no Hospital Regional de Ceilândia – HRC. Ela estava gestante de 8 meses, e foi constatado que, na sua gestação de gêmeos, as crianças tinham morrido havia 15 dias, Deputada Luzia de Paula. Os médicos do HRC disseram que não iam tirar porque não havia médico. Você imagina essa mãe jovem, com duas crianças no ventre, sabendo que elas estão mortas? O desespero que essa mãe viveu, o sofrimento que a família inteira viveu!

Felizmente houve uma grande mobilização nos meios sociais – eles me mandaram essa denúncia pelas redes sociais –, as televisões também noticiaram, e hoje, como em um milagre, fizeram a cirurgia. Só que poderia ter sido feita há quinze dias, era só respeitar minimamente o ser humano, o contribuinte que paga impostos.

Saúde não é favor, a gente paga impostos para ter uma saúde de qualidade. Mas cada dia que passa fica pior, parece um filme de terror! Quando aparece uma cena aterrorizadora como essa, a gente já fica esperando a próxima cena, que talvez venha mais pesada.

Portanto, é de uma gravidade, de uma irresponsabilidade, é de uma desumanidade esse comportamento do Governo do Distrito Federal para com os usuários da saúde pública do Distrito Federal. Realmente é muito grave a situação vivida por nós, povo do Distrito Federal, que somos usuários do sistema de saúde pública do Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais membros da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

imprensa, hoje ocupo esta tribuna para trazer uma reflexão no que tange a atual situação financeira do Distrito Federal e do Brasil.

Vemos todos os dias, nos meios de comunicação, os gestores apresentando os números do caos. Permitam-me aqui fazer uma breve explanação. O Brasil se tornou, nos últimos tempos, um país "indecentemente rico", não faltam oportunidades para até mesmo aqueles que não têm preparo.

A arrecadação dos cofres públicos ia bem, quebrando recordes ano após ano. No entanto, enquanto recursos públicos explodiam durante todo o período do real, crescendo a um ritmo, Deputado Joe Valle, avassalador, em uma taxa de 14,3% entre o ano de 1997 e 2013, a economia foi capengando para trás, num ritmo desacelerado de 11,5% ao ano.

Quem sofre com isso é o cidadão, pois o governo não consegue poupar, nem fazer os investimentos necessários. Podemos afirmar que não falta dinheiro. O que existe, sim, é uma grande crise da gestão pública, não só no Distrito Federal, mas em todo o País.

Para exemplificar isso, vamos olhar os números do Distrito Federal. O relatório do último quadrimestre apresentou que o percentual pago com pessoal atingiu o patamar de 48%, ultrapassando em muito o limite prudencial. Previsões da nossa área técnica apresentam que no próximo quadrimestre o limite subirá ainda mais, e poderá atingir o limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não estou aqui para apontar culpados do passado. O que eu quero é apontar soluções, olhando para frente. Uma sugestão que eu apresento, principalmente para que haja um ajuste nas contas públicas, é a diminuição no Distrito Federal do número de secretarias que existem hoje. Mesmo sabendo que no início do governo o Governador Rodrigo Rollemberg diminuiu de 31 para 24 secretarias, e reduziu também em 25% o custo dos contratos de carros oficiais e o custeio da máquina pública, eu acredito que podemos cortar mais. Na minha avaliação, o número ideal de secretarias que o Governo do Distrito Federal deveria ter seria 15, exatamente o número de andares existentes ali no Anexo do Palácio do Buriti.

Existem hoje pastas que são sobrepostas, que trabalham políticas públicas de forma sobreposta. Como exemplo, cito a área de direitos humanos na qual existem secretarias que poderiam ser fundidas com a área de justiça e cidadania. Uma máquina inchada só favorece a burocracia burra, aquela que atrasa os processos e atrapalha o desenvolvimento.

Uma das formas de reduzir a burocracia burra é a descentralização administrativa, fortalecendo, Deputado Lira, Deputada Luzia de Paula, as administrações regionais, dotando-as de técnicos capacitados e pessoal necessário para o atendimento da população, lembrando que o conceito de administrações regionais é de governo perto do povo, do povo, para o povo, com o povo. É às administrações regionais, Deputado Bispo Renato Andrade, que o povo leva suas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

demandas. Ali as administrações regionais deveriam ser uma prioridade do governo, para dotar não só de servidores, mas de maquinários, de móveis, porque é lá que o povo vai buscar soluções para os seus problemas do dia a dia.

Deputado Bispo Renato Andrade, que preside esta sessão, para embasar a minha defesa, eu vou usar uma frase do então Governador de São Paulo quando foi candidato à Prefeito de Pindamonhangaba, em São Paulo, que diz o seguinte: que pessoas, Deputado Rafael Prudente, não vivem em países, não vivem em estados, pessoas vivem nas cidades. No nosso caso, pessoas vivem nas cidades do Distrito Federal.

O governo, para dar um choque de gestão, precisa valorizar as administrações regionais, diminuindo, na administração central, a quantidade de secretarias e fortalecendo as administrações regionais com pessoal técnico para que possa dar andamento nos processos de desenvolvimento.

Não estou aqui para defender o estado mínimo nem o estado máximo. Estou aqui para defender o estado necessário, pois temos o compromisso de prestar um excelente serviço para o nosso principal cliente: a sociedade do Distrito Federal, que é o povo, que acreditou e nos colocou nesta Casa para que pudéssemos servir a esta população.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero deixar claro aqui uma coisa: fala-se de uma crise financeira, mas não existe uma crise de falta de dinheiro, o que existe – eu afirmo – é uma crise da má aplicação do recurso público.

Nós tivemos um crescimento na arrecadação, mas, infelizmente, por erros do passado, nós estamos vivendo essa crise. E quem paga por isso? Quem está pagando é o cidadão. Quem está pagando é o trabalhador, que todos os dias pega o transporte de má qualidade para chegar ao seu trabalho e, infelizmente, não é atendido nas suas demandas iniciais.

Aqui, mais uma vez eu repito: enquanto nós não olharmos as cidades do Distrito Federal como prioridade, infelizmente nós vamos ter um inchaço no Plano Piloto e, acima de tudo, nós não vamos conseguir, Deputado Rafael Prudente, desenvolver as regiões administrativas do Distrito Federal.

Vou dar um exemplo: por que não elaborar uma política pública definitiva e exclusiva para Brazlândia para que ali possam ser desenvolvidos trabalhos na área do agronegócio? Por que, até hoje, o aeroporto de cargas, que estava planejado para a região de Planaltina não saiu do papel? Por que, Deputado Bispo Renato Andrade, até hoje o projeto de transformar Taguatinga e Ceilândia em uma grande cidade comercial não saiu do papel? Por que o Polo de Modas do Guará hoje virou um polo de prédios? A indústria têxtil toda saiu do Distrito Federal.

Eu acredito, Deputada Luzia de Paula, Deputado Lira, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que enquanto nós não olharmos nossas cidades como polos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

desenvolvimento econômico, tirando o peso das costas do Estado e chamando o setor produtivo para ajudar a desenvolver o Distrito Federal, vamos viver o caos que estamos vivendo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos. Venho a esta tribuna elogiar a sanção ao projeto de lei de proteção ao professor, aprovado por esta Casa, que se transformou agora na Lei nº 5.531, de 27 de agosto de 2015.

Quando nós falamos da escola no Brasil, estamos falando de uma instituição que perdeu o respeito e a credibilidade, e muita dessa perda de respeito e credibilidade se deu porque nós retiramos do professor as suas prerrogativas tradicionais em sala de aula.

A Prof. Tania Zagury, filósofa e professora da UFRJ, publicou um artigo chamado: "Sob rédea curtíssima", no qual tece uma reflexão a respeito da falta de limites das últimas gerações a ponto de ser preciso entregar à gestão da Polícia Militar mais de noventa escolas da rede pública deste país para que essas escolas pudessem funcionar minimamente.

O que se viu nos últimos anos foi um estado de desrespeito tão grave ao professor, que muitas ações judiciais eram ganhas por alunos que tiveram seus telefones tomados em sala de aula e que agora processavam seus professores sob as mais estapafúrdias alegações.

Chegamos a um ponto em que o nosso país precisa de lei para que homem não bata em mulher. Nosso país precisa de lei para que adulto não cometa violência contra crianças. Chegamos a um ponto, sim, em que o Distrito Federal tem que aprovar a Lei de Proteção ao Professor, que garante ao professor o mínimo para o bom andamento de uma aula. Essa lei foi feita com base em números e por meio de amplo debate com a sociedade, que já não aceita mais esse desrespeito que começa na relação do Estado com o professor. O Estado se faz ouvir por meio da legislação, e o Estado brasileiro demonstra respeito ao professor garantindo esse respeito em lei, sim. A autoridade do professor é uma construção, mas se essa construção não for amparada, primeiramente, pelo Estado, aonde chegaremos?

A pesquisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, realizada em 2014 com 100 mil professores de 34 países, coloca o Brasil em primeiro lugar no ranking da violência contra o professor. A pesquisa diz que 12,5% dos professores disseram ser vítimas de agressões verbais ou intimidações nas salas de aula pelo menos uma vez por semana. O estudo mostra que o professor gasta,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

em média, 20% do tempo da aula para obter ordem, para obter condições de ensino na sala de aula.

Sei que a Lei de Proteção ao Professor recebeu muitas críticas, especialmente daqueles doutores especialistas, que, sem nunca terem enfrentado o chão de fábrica da sala de aula, arrogam-se a determinar como a escola brasileira deve funcionar, sem consultar os professores que são os trabalhadores dessa seara tão importante, que é a educação brasileira.

Então, a lei é muito simples. A Lei de Proteção ao Professor, aprovada por unanimidade por esta Casa e agora sancionada pelo Governador do Distrito Federal, reintegra ao professor a posse dos seus direitos, o direito de tomar posse, confiscar, pelo período da aula, qualquer objeto que dê vazão a indisciplina e distúrbio na sala de aula. A lei confere ao professor o direito sagrado da educação de advertir verbalmente e por escrito os estudantes, parte fundamental no processo educativo, que deve preparar não só para a vida acadêmica, mas também para a vida. A lei estabelece que o professor é, sim, autoridade em sala de aula, Sra. Presidente. É autoridade, representa o Estado, representa os pais e é responsável pelos alunos que estejam em sala de aula. Portanto, dentro da sala de aula, ele tem, sim, o direito de enviar o estudante que dê causa ao distúrbio em sala à coordenação pedagógica, para dividir a responsabilidade disciplinar com a direção da escola. A lei também confere ao professor o direito de admitir ou impedir entrada de pessoas no ambiente da sala da aula, especialmente pessoas estranhas ao ambiente descolar, o que não retira a obrigação da escola de manter um serviço de segurança e de portaria para garantir a integridade das dependências escolares.

Eu fico muito feliz. Nós fizemos aqui – eu não vou me delongar com isso – um estudo das últimas ações judiciais dos casos de violência em sala de aula contra o professor. São milhares. Agora, por último, a Justiça começou a mudar o seu posicionamento e dar ganho de causa aos professores que tentam manter a disciplina e a ordem para que a aula seja possível, Sra. Presidente.

Com essa lei no Distrito Federal, nós nos tornamos pioneiros no resgate, na valorização da escola, na valorização do profissional de educação, especialmente o professor que está em sala de aula submetido, muitas vezes, ao perigo. E o principal perigo é aquele que provém da falta de segurança jurídica sobre que atitudes o professor pode ou não pode tomar em sala de aula para manter a aula adequadamente e para manter a escola nos níveis de respeito que nós devemos exigir.

Eu quero dizer que os que criticam a Lei de Proteção ao Professor criticam uma lei que resgata o sentido da escola, que resgata a sacralidade do ambiente escolar, que é um ambiente que deve inspirar respeito e devoção entre todos os envolvidos no processo educacional, porque, se não for assim, nós estamos perdidos. Quero lembrar que essa lei se assemelha às legislações dos países mais avançados



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

do mundo. Se queremos respeito ao professor, se queremos um resgate da autoridade da escola neste País, o primeiro a dar exemplo tem que ser o Estado.

Por isso, parabéns ao Governador Rodrigo Rollemberg pela medida corajosa, que pode significar a superação das dificuldades dos problemas de educação aqui em Brasília.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Prof. Israel.

Eu gostaria de cumprimentar os proprietários das academias que estão aqui nesta tarde e dizer-lhes que hoje houve acordo no Colégio de Líderes para trazermos o projeto para o plenário. Nós devemos votá-lo hoje ainda. Eu queria trazer essa informação para vocês.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também cumprimentar os donos de academia e dizer-lhes que também sou favorável ao Projeto de Lei nº 1.985, de 2014, do nosso Deputado Wellington Luiz, juntamente com a nossa Presidente, Deputada Celina Leão.

Nesse final de semana, tive a satisfação de participar da solenidade de renovação do programa Jovem Candango, juntamente com a nossa Presidente Deputada Celina Leão, o Deputado Raimundo Ribeiro, o Deputado Agaciel Maia e representantes das instituições parceiras. É uma ação que considero de suma importância para o crescimento e o desenvolvimento da nossa cidade.

Um aporte de quase onze milhões do Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente do Distrito Federal vai garantir, até o final de 2015, a continuidade do Jovem Candango, um programa idealizado pelo nobre Deputado Agaciel Maia, que passou a se chamar Brasília + Jovem Candango.

Sem o dinheiro do fundo, os cerca de 2,3 mil jovens de 14 a 18 anos em situação de vulnerabilidade social atendidos ficariam prejudicados, Deputada Luzia de Paula.

Esse fantástico programa foi idealizado para atender jovens entre 14 a 18 anos de famílias com renda *per capita* de meio salário mínimo e que estão matriculados na rede pública de ensino.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JULIO CESAR – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Deputado Julio Cesar, eu fico muito honrada, tenho uma alegria muito grande pela votação da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

emenda à Lei Orgânica, de minha autoria, que garantiu aquele recurso ao fundo, que, até o ano passado, tinha somente 900 mil reais. E faltava dinheiro justamente para esses programas e projetos em defesa e em benefício da criança e do adolescente. Hoje nós podemos ver o resultado dessa emenda à Lei Orgânica, o resultado da ação desta Casa.

Se este projeto hoje pode ter continuidade, foi graças à ação desta Casa, foi graças a esta emenda de minha autoria que foi votada. Do contrário, nós teríamos a situação da não continuidade de um grande projeto que temos hoje, que é o Jovem Candango.

Muito obrigada.

DEPUTADO JULIO CESAR – Agradeço o aparte da Deputada Luzia de Paula.

Quero parabenizar V.Exa. também por esse projeto que foi aprovado. Na época, V.Exa. fazia parte desta Casa, como faz agora.

Quero destacar também que, neste ano, veio um projeto para que fosse mexido o dinheiro do fundo, e V.Exa. novamente entrou no circuito e foi uma das Deputadas que defendeu dizendo que não poderiam retirar nenhum centavo do fundo da criança.

Então, parabéns, Deputada, pelo trabalho que V.Exa. vem realizando.

Além de esses jovens serem preparados para o mercado de trabalho, os beneficiados recebem uma bolsa-auxílio de R\$ 525,33, vale-refeição de R\$ 220 e vale-transporte de R\$ 150,00. Em 90% dos casos, esse dinheiro é fundamental, Deputado Juarezão, na renda familiar desses jovens.

Como Presidente da Frente Parlamentar da Juventude da Câmara Legislativa, quero parabenizar, em primeiro lugar, o Deputado Agaciel Maia pela idealização desse exemplo de programa, que proporciona ao jovem a chance de ter o seu primeiro emprego sem precisar abrir mão dos seus estudos. Quero também parabenizar o nosso Governador, Rodrigo Rollemberg, pela sensibilidade com esse programa, por, mesmo em um momento tão conturbado na economia local, ter se empenhado em conseguir mecanismo para colaborar com a formação da nossa juventude. Para muitos, essa é a oportunidade de aprender, obter qualificação profissional e iniciar uma carreira.

A participação da juventude é importantíssima para o cumprimento da democracia e para a construção de uma sociedade livre e justa, e seus direitos devem ser defendidos pelo Poder Público.

Quero, mais uma vez, agradecer ao Governador por S.Exa. ser tão sensível a essa causa.

Era isso que eu queira dizer hoje, Sra. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que colocasse em votação como item extrapauta o Projeto de Lei nº 1.985, de 2014, do Deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O projeto já está na pauta, Deputado Lira. É o item nº 04 da pauta. Nós temos somente quatro itens na pauta, e ele já está lá.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, dentro daquilo que o Deputado Lira acabou de colocar, quero me associar ao pedido e fazer uma consideração muito rápida, até para que a gente não se estenda muito, haja vista que temos muita pauta ainda. Quero parabenizar o profissional de educação física – muitos estão presentes – e dizer que, muitas vezes, a pessoa fala em profissional, Deputado Joe Valle, e só pensa na questão de ser mais um componente da classe trabalhadora. Não, não é nada disso.

Nós temos que verificar que são pessoas que promovem a saúde e, com isso, aumentam a qualidade de vida. Quer dizer, existem repercussões na atividade, e isso é importante que seja destacado até para que a gente possa efetivamente, quando estiver julgando um projeto, estiver avaliando um projeto de lei para aprová-lo ou não, levar esses aspectos também em consideração.

Eu não poderia deixar de me antecipar aqui no sentido do voto favorável, pela aprovação do projeto, porque entendo que realmente ele faz bem à saúde.

Obrigado, Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero cumprimentar os profissionais de educação física e os proprietários de academia. Se Deus quiser, sairemos hoje com esse importante projeto aprovado.

Quero agradecer V.Exa. pelo apoio, os companheiros que aqui se encontram, a sensibilidade dos Deputados, respeitar aqueles que têm um ponto de vista divergente – é natural do processo –, mas é um apelo desses profissionais. Esses são os maiores especialistas. São eles que estão no dia a dia. São eles que conhecem. Eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

acho que nada mais justo do que ouvir quem está na ponta. Eu acho que essa é uma necessidade desta Casa. Nós não somos donos da verdade. Dono da verdade é quem convive no dia a dia com a dificuldade.

Então, nós temos obrigação de ouvir vocês para que os nossos projetos sejam realmente a vontade do povo.

Muito obrigado. Se Deus quiser, vai dar tudo certo. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, hoje, na CCJ, nós votamos o projeto dos gabaritos justificados. Eu tinha, há cerca de três semanas, pedido a V.Exa. que o incluísse na pauta porque ele já estava na pauta ainda no final de junho, mas eu esperei o trânsito regular, quer dizer, a passagem pela comissão própria.

Hoje de manhã, o Deputado Bispo Renato Andrade apresentou um parecer na CCJ, e nós o aprovamos. Eu pedi à Presidenta, Deputada Sandra Faraj, que o encaminhasse imediatamente a este plenário.

Eu gostaria que V.Exa., então, dando cumprimento ao deferimento de uma solicitação de três semanas atrás, o incluísse na pauta. É o Projeto de Lei nº 1.896, de 2014, que disciplina concursos públicos, que acrescenta à lei geral dos concursos a obrigação de que as bancas examinadoras justifiquem os gabaritos publicados.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu gostaria de transferir o comunicado do Deputado Joe Valle, que foi feito nos Comunicados de Líderes, para os Comunicados de Parlamentares, nas notas taquigráficas, porque o Deputado Prof. Israel falou, e o Deputado Joe Valle também falou. Então, a Assessoria da Mesa pede para fazer esse comunicado. O comunicado do Deputado Joe Valle fica transferido para os Comunicados de Parlamentares.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Boa tarde Sra. Presidente, boa tarde a todos.

Temos feito sempre as reclamações necessárias e locado os problemas do transporte escolar rural. Quero, hoje, dizer que ficamos muito satisfeitos, nosso Presidente da Comissão de Educação e Saúde, com relação a essa questão que o secretário de educação coloca para Brasília, na reportagem do *DFTV* sobre a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

preparação para o Enem. Achamos de extrema importância já que não tínhamos essa notícia. Agora, há uma programação especial na Secretaria de Educação para preparar os jovens para o Enem. Isso levanta muito a autoestima dos alunos de escola pública. Queremos parabenizar aqui a secretaria de educação por essa iniciativa.

Creio que será de grande valia e isso vai realmente ter muito valor para esses jovens da escola pública que têm sobrevivido. Eles têm vivido em tempos de baixa autoestima em função dos problemas que os equipamentos escolares e o ensino público têm enfrentado nos últimos anos, por não ser praticamente, quase nunca, prioridade dos governos. Eu queria aqui deixar registradas as minhas congratulações ao secretário de educação e à secretaria de educação por esse trabalho.

Quero, mais uma vez, levando em consideração uma matéria que o Sr. Presidente já colocou aqui nesta tribuna, a questão do ensino rural. Quero falar hoje da segurança na área rural. Estamos vivendo dias muito difíceis. Com a criação do policiamento rural e o deslocamento de efetivo para o policiamento rural, retirando dos batalhões que atendem as regiões administrativas, realmente passamos a ter uma prioridade desse policiamento rural com a ação no meio rural. Mas, infelizmente, por não entender que tem prioridade e que tem direito, o comando da Polícia Militar tem tirado esse efetivo do policiamento rural. Hoje, temos as viaturas e não temos efetivo para fazer o policiamento.

A questão da criminalidade na área rural tem aumentado assustadoramente. Está largado o processo lá! A questão da droga, do tráfico, dos roubos, dos furtos, da violência. Cada dia ouvimos coisas mais complicadas.

Então, quero fazer um apelo à Casa e ao Governo do Distrito Federal para que tenham esse olhar, que não recuem naquilo que já havia avançado. Esperamos que seja daqui para frente, e não tenhamos que olhar para trás e falar: poxa vida, estamos voltando no tempo, vou ter que fazer todo o discurso de novo.

Tenho aqui o meu companheiro que virou Conselheiro do Tribunal de Contas, o Deputado Dr. Michel, que fez essa luta e essa batalha conosco no mandato passado. Nós queremos fazer esse apelo ao Governo do Distrito Federal para avançarmos, e não recuarmos. É muito ruim ter que fazer os mesmos discursos de novo neste plenário, nesta tribuna.

Então, eu peço, Sra. Presidente, a todos os meus colegas aqui presentes – os Deputados Bispo Renato Andrade, Ricardo Vale, Rodrigo Delmasso, Luzia de Paula, Lira, Telma Rufino, Agaciel Maia, Chico Vigilante, meu companheiro Deputado Prof. Reginaldo Veras –, que possamos juntos fazer esse apelo ao Governo do Distrito Federal para que retorne o efetivo ao policiamento rural para dar condições mínimas das pessoas sobreviverem e sobreviverem no espaço rural.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Então, era isso, Sra. Presidente, que eu queria colocar nesta tarde e me colocar à disposição para esse trabalho da terça-feira. Lembrando que agora são 17h40min.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu ia fazer um pronunciamento sobre as dez medidas contra a corrupção, essa grande campanha. O Deputado Rodrigo Delmasso também se pronunciou a respeito. Nós fizemos uma suma de cada medida, de cada uma das medidas, como punição do enriquecimento ilícito, de *per si*, aumento dos prazos prescricionais e limitação do prazo dos processos. Que a gente puna efetivamente esse crime de corrupção que acaba com uma geração inteira, mas eu vou deixar para outro dia para que nós possamos cumprir a Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Chico Leite, os proprietários de academia agradecem a sensibilidade de V.Exa. (Palmas.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir inclusão, como itens extrapauta, do Projeto de Lei nº 589, de 2015, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 588, de 2015; do Projeto de Lei nº 590, de 2015 e do Projeto de Lei nº 1.985, de 2014, para serem votados no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. e incluo os quatro projetos na Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Ricardo Vale, V.Exa. não está inscrito, mas eu inscrevo V.Exa. se quiser falar. Estou olhando direito. Pode pedir para a assessoria repassar a inscrição, se V.Exa. quiser conferir aqui a listagem, mas eu acato a solicitação de V.Exa. e o inscrevo.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, pela gentileza. Senhoras e senhores Deputados, eu estou muito preocupado com a situação da UPA — Unidade de Pronto Atendimento —, de Sobradinho. Hoje, pela manhã, alguns servidores me convidaram para ir à UPA. Eu estive lá, e a UPA estava praticamente sem médico algum; alguns pacientes sem serem atendidos; alguns voltando para casa; praticamente esvaziada a UPA da cidade. E, nas conversas com os servidores, infelizmente, a informação que a diretora da Regional de Ensino de Sobradinho passou é que a UPA será fechada. A UPA será fechada nos próximos quinze dias, no máximo. Já está funcionando precariamente. Mais de seis médicos já saíram, e, provavelmente, até o dia quinze, dezessete, não haverá mais médicos. Portanto, a UPA será fechada.

Eu tive o cuidado de ligar para o Governador, que colocou a situação difícil em que ainda se encontra a saúde pública do Distrito Federal. E ele me colocou em contato com o Secretário de Saúde, o Sr. Fábio Gondim, que está vendo o que faz. Ele estava lá, justamente, tentando solucionar o problema, mas não descartou a possibilidade, realmente, de a UPA da cidade ser fechada.

Isso é extremamente preocupante porque a UPA de Sobradinho atende o triplo – em algumas áreas, clínica médica, por exemplo – do que o hospital da cidade. A UPA da cidade, por incrível que pareça, tem uma capacidade de atendimento muito melhor, além da estrutura, além das condições, uma UPA extremamente organizada, bonita, que a população da cidade aprova, Deputado Joe Valle. A população de Sobradinho, Sobradinho II, Fercal elogia muito o atendimento da UPA da cidade. É uma das melhores UPAs que nós temos no Distrito Federal. E alguns servidores, inclusive hoje, já foram convidados a comparecer amanhã no hospital porque a UPA será fechada.

Ora, está difícil. A gente faz um esforço muito grande de ajudar o GDF aqui. Agora mesmo vamos pegar as emendas nossas e disponibilizá-las para a área de saúde, mas, infelizmente, a toda hora, somos surpreendidos com notícias como essa. E nesta Casa, Deputada Celina Leão, nós não podemos deixar que isto aconteça: fechar-se uma UPA na crise por que estamos passando, do ponto de vista da saúde do Distrito Federal, fechar-se uma unidade como aquela. E mais: o Secretário falou da possibilidade de fechar, inclusive, outras UPAs por falta de recurso, por falta de condições de renovar os contratos das UPAs, e isso é extremamente preocupante.

A população já está se organizando – hoje recebi muitos telefonemas depois que fui à UPA –, e amanhã de manhã, inclusive, deve haver uma manifestação dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

moradores ali de Sobradinho II, da Fercal, da região dos condomínios para tentar impedir que isso aconteça. Eu confesso que fui muito bem atendido tanto pelo Governador quanto pelo secretário, mas eles não deram expectativa nenhuma em relação a esse problema, não disseram se vão deixar a UPA aberta ou se vão fechá-la.

Portanto, mais uma vez, venho a este plenário falar da situação da saúde pública do Distrito Federal, que tem me deixado extremamente preocupado, ainda mais agora com o fechamento de uma das principais UPAs da nossa cidade, pela qualidade do atendimento. Será um prejuízo enorme para a nossa população. Espero que o Governador e o Secretário de Saúde revejam isso e não cometam – eu diria assim – este crime contra a população do Distrito Federal: fechar uma das melhores unidades de pronto atendimento daqui.

A outra questão sobre a qual quero falar é o carnaval do Distrito Federal. Agora há pouco recebi o Pará, que é o Presidente da Liga das Escolas de Samba daqui do Distrito Federal, juntamente com alguns presidentes de outras escolas. Neste ano, no carnaval, as escolas de samba já não desfilaram, e, se algo não for feito urgentemente... Existem leis que protegem as escolas de samba.

O carnaval é uma festa popular que acontece em todos os estados da Federação. Em todos os estados da Federação há carnaval, e o Estado ajuda, disponibiliza recursos, porque o carnaval, além de ser uma festa popular, é um momento de socialização, é um instrumento poderoso de geração de emprego, de renda. Há escolas que trabalham o ano inteiro com projetos sociais.

Estou vendo que mais uma vez o carnaval do Distrito Federal, se o governo não se mexer, se esta Casa também não se mexer, vai ser prejudicado, e mais uma vez vamos ficar sem o desfile das escolas de samba no carnaval daqui.

Isso é um prejuízo enorme para a cultura desta cidade, que já vem sofrendo por conta de uma série de equívocos, principalmente em virtude dessa Lei do Silêncio, que tem fechado bares, fechado restaurantes, fechado cafés, desempregado uma série de músicos.

No momento em que a economia do País, e no Distrito Federal não é diferente, está completamente em recessão, a gente não se organiza, o governo não se organiza, a Secretaria de Cultura não se organiza. A gente está correndo o risco de não ter, mais uma vez, o nosso desfile das escolas de samba no carnaval do Distrito Federal.

Portanto, eu queria chamar a atenção dos Deputados e pedir ao Marcão, que está aqui ouvindo, que faça uma intervenção junto ao governo, junto aos secretários da área da cultura, para que a gente possa resolver essa situação logo, analisando como pode ser realizado o desfile das escolas de samba no carnaval. Daqui a pouco chegaremos ao final do ano, chegaremos a fevereiro, e mais uma vez vamos presenciar essa situação difícil das escolas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Outra vez quero pedir ao Marcão que converse com o Governador, que converse com o Secretário de Saúde para que a gente possa reverter essa situação da UPA de Sobradinho. Que ela possa continuar funcionando muito bem como tem funcionado – é uma das melhores unidades no atendimento da nossa população.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Desculpe, eu não sabia que não estava inscrito.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato a solicitação do Deputado Chico Leite.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria que fosse incluída na pauta da Ordem do Dia a Moção nº 188, de 2015.

Eu gostaria também de fazer um apelo aos Deputados no sentido de passarmos às votações de hoje, uma vez o horário já está bem avançado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito a inclusão do item em pauta.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Antes de passar a palavra ao Deputado Rafael Prudente, informo que acato a solicitação do Deputado Chico Leite, e o incluo o projeto como quinto item para votação.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uso da palavra, pois não fui chamado.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, só vou pedir para que seja lida minha moção.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputada Telma Rufino, é para ser lida ou para ser incluída para votação?

DEPUTADA TELMA RUFINO – Para votação hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Já foi lida?

DEPUTADA TELMA RUFINO – Não. É para lê-la.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito à assessoria que a encaminhe para que o Sr. Secretário possa fazer a leitura.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, eu não poderia deixar de fazer uso da palavra hoje. Nós estamos entrando no nono mês de governo.

Enquanto nesta semana e na semana passada a principal ação do governo foi derrubar a orla do Lago para poucas pessoas – talvez meia dúzia de pessoas – utilizarem neste final de semana, os servidores não estão recebendo suas horas-extras; os terceirizados não receberam seus reajustes; a Vila Olímpica de Planaltina não foi concluída; as 22 creches deixadas pelo Agnelo não foram entregues à população; a verba do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para construção de 36 novas nem processo tem; a obra do Sol Nascente, que foi motivo de propaganda do Governador, não tem um palmo de asfalto feito; o Buritizinho, o Pôr do Sol, o Sol Nascente, o Porto Rico ainda não são realidades, e o povo está sofrendo. E vai continuar sofrendo até quando, Deputado Joe Valle? Os recursos estão garantidos, a Câmara Legislativa os aprovou. O que mais nós temos que fazer, Deputada Telma Rufino?

Nós temos em torno de 1.400 empresas que fecharam suas portas, e o desemprego está em alta, além do absurdo de chegarmos ao ponto de os empresários se reunirem para combinarem sua partida para o Entorno – para Minas Gerais e, principalmente, o Estado de Goiás, onde são encontradas mais condições de trabalho e menos formas de o governo atrapalhar.

O governo lançou, em meio à crise, um excelente plano de obra, louvável. Só sobrevive à crise, Deputado Chico Vigilante, quem rema contra ela. O problema é que só o lançou. Onde estão as máquinas trabalhando? Alvarás e habite-se continuam com liberações dificultadas, e não se apresentou nenhuma política para trazer novos investimentos para a cidade. Pelo contrário, colocou-se mais burocracia na concessão de benefícios e terrenos.

Aprovamos trinta projetos do governo até o dia de hoje. Desses, basicamente, Deputado Bispo Renato Andrade, só foram utilizados aqueles para pagamento de empresas de ônibus, que estamos apurando aqui. E vamos descobrir o porquê, Deputado Dr. Michel, a CPI está em curso para decidir exatamente isso.

Os empresários que são credores do governo ainda não têm sequer um cronograma para recebimento. Nós estamos em setembro. As dívidas são do Estado. Enquanto isso, o governo está, infelizmente, escolhendo a dedo alguns felizardos. Por que isso? Interesse de quem?

Enquanto a Presidente Dilma Rousseff, Deputado Chico Leite, quer reduzir o número de ministérios para comandar todo o País – vão ficar em torno de 24 –, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Distrito Federal, que passa por uma crise, sequer cogitou um enxugamento da máquina. Vale lembrar que o nosso vizinho Goiás, Deputado Lira, tem apenas catorze secretarias.

Não vi, mas esperei o choque de gestão que Brasília merecia. Até quando vamos ter que esperar, Deputados? Receio que não dê mais tempo de salvar, neste ano, as nossas finanças. O caos, a partir de agora, é certo.

Nosso papel, Deputado Bispo Renato Andrade, é alertar, dar sugestões, mas só escuta quem quer. O governo ainda não entendeu.

Senhoras e senhores, tem um ditado que eu escutei, Deputada Luzia de Paula, esse final de semana que diz que, quando uma pessoa fala que você é um cavalo, não acredite; quando três pessoas falam que você é um cavalo, é conspiração, Deputado Lira; agora, quando dez pessoas falam que você é um cavalo, compre a ferradura.

Eu quero aproveitar também esta oportunidade para me somar ao discurso do Deputado Ricardo Vale sobre o fechamento da UPA de Sobradinho II.

Também quero questionar dois projetos de nossa autoria que foram vetados pelo Governador. Um é o projeto de lei que trata de alimentação específica para aquelas crianças que têm intolerância à lactose. Nós temos um estudo que diz que em torno de 48 a 49% das crianças têm esse tipo de intolerância, precisam de alimentação especial do governo. E o Governador, não sei o porquê, vetou esse projeto.

E o outro projeto, apesar de o governo achar que traria algum custo, muito pelo contrário, reduz. O projeto trata da inserção, Deputado Lira, dos dependentes químicos no mercado de trabalho. Nós não criamos custo nenhum para o governo quando apresentamos o projeto, que reserva 1% das vagas do mercado de trabalho àquelas pessoas que estão passando pelos procedimentos para não voltar ao uso de drogas. A fase final desse tratamento, Deputado Lira, é arrumar um emprego, recolocar essa pessoa no mercado de trabalho. Mas o governo, infelizmente, não viu com bons olhos o que a Câmara Legislativa aprovou nesse projeto. É uma pena. Convoco nossos nobres Pares para, no momento oportuno, reanalisarmos juntos esse projeto votado nesta Casa e vetado pelo Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, estou abrindo mão do uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares, mas eu gostaria de fazer um convite a todos os Deputados e a todos os servidores desta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Casa para o I Fórum de Comunicação nos Legislativos Brasileiros. Isso vai acontecer, Sras. e Srs. Deputados, nos dias 16 a 18 de setembro, no Congresso Nacional.

Deputado Joe Valle, V.Exa. que é um estudioso do assunto, esse I Fórum de Comunicação nos Legislativos Brasileiros será o maior evento técnico científico e de *network* sobre comunicação nos legislativos já realizado no Brasil.

Durante três dias, profissionais e acadêmicos das mais diversas áreas de comunicação, como assessores de imprensa, analistas de *marketing*, jornalistas, relações públicas, radialistas, publicitários e especialistas em mídias sociais, reúnem-se para discutir os temas inovadores e as principais tendências do setor, e apresentar soluções de sucesso em suas casas legislativas de todo o Brasil.

Portanto, Deputada Luzia de Paula, Deputado Lira, esse I Fórum de Comunicação nos Legislativos Brasileiros é uma iniciativa do grupo do Senado Federal, e vai acontecer do dia 16 a 18 de setembro. Todos os Deputados Distritais, todos os assessores de gabinete, todos os servidores efetivos e comissionados desta Casa estão convidados a comparecer a esse grande evento. Como o próprio nome diz, vai ser o maior evento para se discutir comunicação nas casas legislativas do Brasil como um todo.

Era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Agaciel Maia.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 630, de 2015, na pauta da Ordem do Dia

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência defere o pedido de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, ontem a tarde nós realizamos uma importante audiência nesta Casa. Aqui estava lotado de trabalhadores e de empresários das empresas que prestam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

serviço terceirizados ao Governo do Distrito Federal. A verdade é que os trabalhadores estão sem receber o cumprimento da convenção coletiva.

Estiveram aqui o Deputado Agaciel Maia, que inclusive fez um pronunciamento; o Deputado Robério Negreiros; o presidente do sindicato das empresas; o presidente do Sindicato dos Vigilantes; a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores de Asseio e Conservação; e as galerias e o plenário lotados.

Nós tínhamos convidado o secretário da fazenda e a secretária de planejamento. Foi um convite. Eles não vieram e não mandaram representantes. Hoje, na mesma hora, apresentei um requerimento, já lido aqui no plenário, de convocação. Portanto, estamos convocando a secretária de planejamento e o secretário de fazenda do Distrito Federal.

Hoje pela manhã, o Secretário de Assuntos Parlamentares Marcos Dantas me procurou e me propôs um acordo de transformarmos a convocação em convite, e ele me garante a presença deles aqui no dia 15. Portanto, acordei com Marcos Dantas. Tendo em vista isso, não vou propor ao plenário que faça a votação da convocação e vamos fazer a audiência aqui com a secretária de planejamento e o secretário de fazenda, além dos trabalhadores, do sindicato dos trabalhadores, do sindicato das empresas e as empresas que estão com problemas para fazermos essa discussão aqui, no dia 15, às 10h. Já aproveito a oportunidade para convidar todos os Parlamentares presentes para essa importante audiência que faremos dia 15.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens 1 a 105, os vetos da Ordem do Dia e votarmos as demais proposições?

Passamos à

Ordem do Dia

Item extrapauta nº 01:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 589, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza a doação à União do imóvel localizado na Área Especial nº 02 da Quadra 12, na Região Administrativa de Sobradinho – RA V"

A proposição não recebeu parecer das comissões, apresentada uma emenda na Comissão de Assuntos Fundiários. A CAF deverá se manifestar sobre o projeto e a emenda.

Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

Fui informada agora de que o autor da emenda retirou-a. Então, o parecer da CAF é sobre o projeto, não sobre a emenda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Para emitir parecer.) – Parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 589, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza a doação à União do imóvel localizado na Área Especial nº 02 da Quadra 12, na Região Administrativa de Sobradinho - RA V".

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	26



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Assuntos Fundiários



PARECER Nº /2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS sobre o PROJETO DE LEI Nº 589, de 2015, que "autoriza a doação à União do imóvel localizado na Área Especial nº 02 da Quadra 12, na Região Administrativa de Sobradinho – RA V".

Autor: Poder Executivo

Relatora: Deputada Telma Rufino

I – RELATÓRIO

O projeto, ora submetido à análise desta Comissão, busca autorização desta Casa para doação à União do imóvel localizado na Área Especial nº 02 da Quadra 12 de Sobradinho, com o objetivo de que seja utilizado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Seguem as costumeiras cláusulas de vigência e revogação.

Em exposição de motivos, o Senhor Secretário da Casa Civil esclarece que a proposição decorre de solicitação do MPDFT para construção do edifício que abrigará a Promotoria de Justiça da Circunscrição Judiciária de Sobradinho e que a ampliação das atividades é de interesse público.

Ressalta que a Lei nº 5.119, de 2013, autorizou a doação de imóvel diverso para os mesmos usos e finalidades e que, entretanto, verificou-se a presença de adutoras da CAESB no local o que impediu a pretensão de edificação de acordo com as necessidades do MPDFT.

No prazo regimental, foi apresentada uma emenda aditiva do senhor Deputado Juarezão.

A proposição foi distribuída em regime de urgência à Comissão de Assuntos Fundiários – CAF e à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ.

É o breve Relatório.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	27



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Assuntos Fundiários



II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 68, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão Assuntos Fundiários- CAF analisar e emitir parecer sobre o mérito de proposições que versem sobre **aquisição, administração, utilização, desafetação, afetação, alienação, arrendamento e cessão de bens públicos** e desapropriações.

A proposição versa sobre a doação de imóvel do Distrito Federal à União, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, para instalação da Promotoria de Justiça de Sobradinho. A doação atendente aos critérios de interesse público, uma vez que é imperioso que a comunidade de Sobradinho conte em sua localidade com os serviços prestados pelo Ministério Público, o que evitará longos deslocamentos até o Plano Piloto.

O imóvel em questão possui área de 6.998.513m², segundo a matrícula 145.910. Considerando dados extraídos do Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal – SITURB, um pouco menos, cerca de 6.300m². Está localizado em zona urbana e com a aprovação do projeto passa a constituir-se em bem de uso especial, portanto, mantendo-se sua destinação pública, embora sob o domínio da União.

Para concluir, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 589, de 2015, informando que a emenda aditiva nº 01 – CAF de autoria do senhor Deputado Juarezão foi retirada pelo autor.

Sala das Comissões, em

Deputado
Presidente


Deputada **TELMA RUFINO**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	28



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Assuntos Fundiários

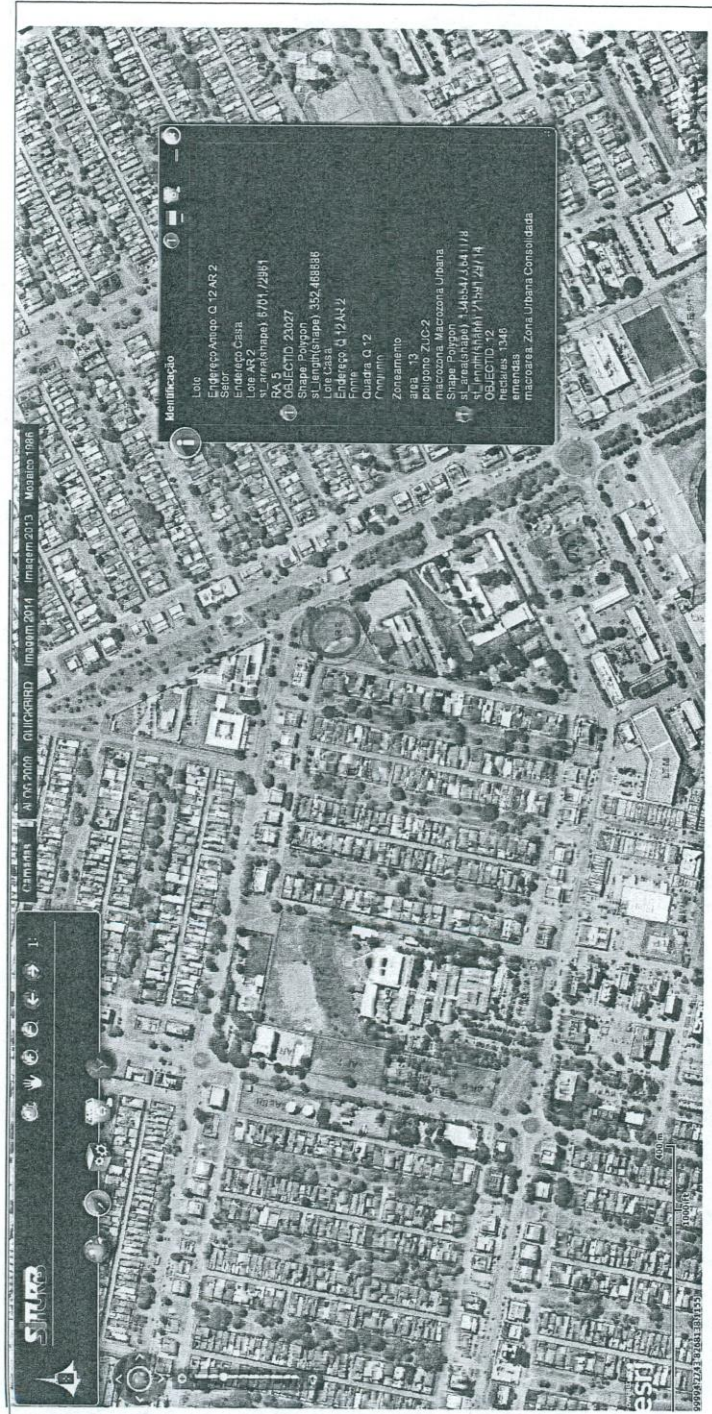


Fig. 1. Localização do imóvel: Quadra 12, Área Reservada 2 - Sobradinho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	29



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Assuntos Fundiários

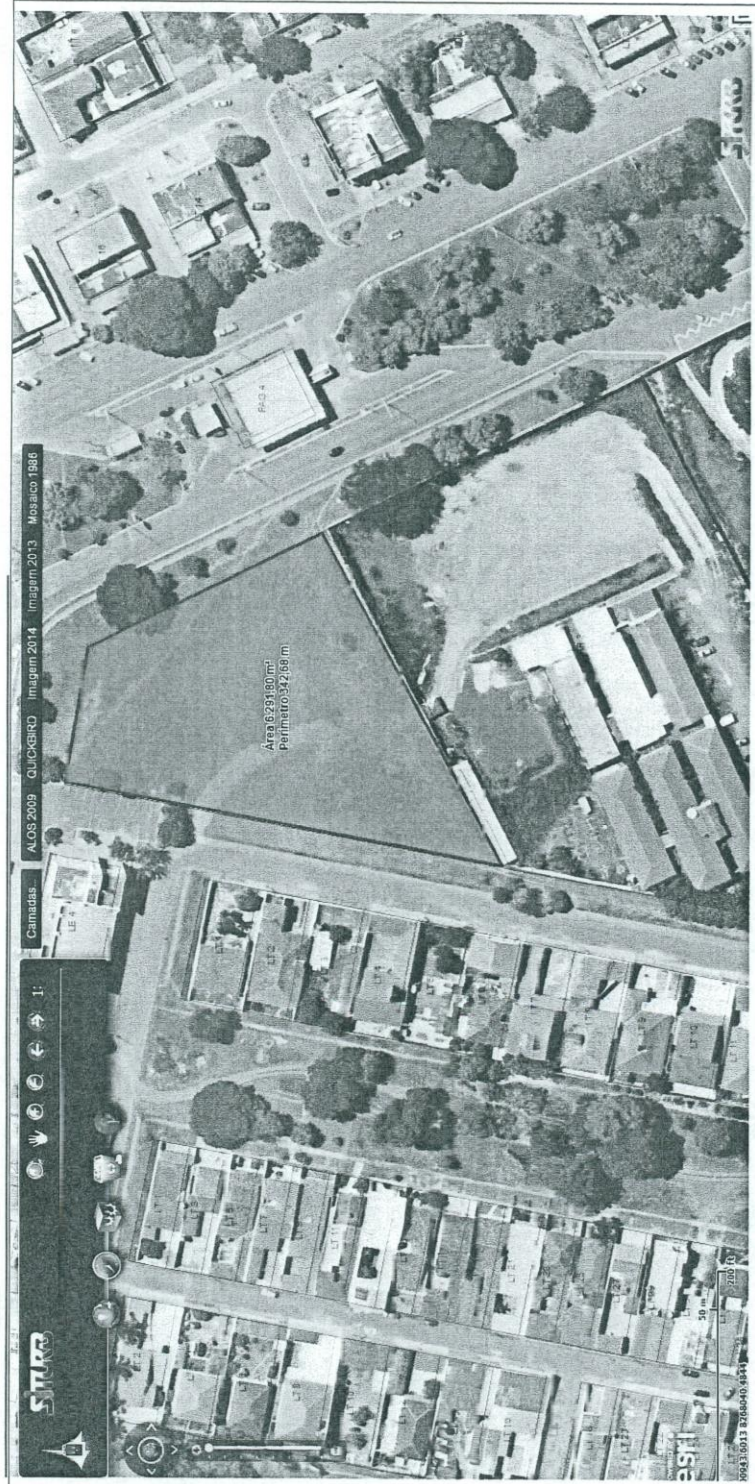


Fig. 2. Levantamento da área do imóvel a partir de dados do SITURB.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

DEPUTADA CELINA LEÃO – Obrigada, Deputada Telma Rufino.

Em discussão o parecer da CAF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 589, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza a doação à União do imóvel localizado na Área Especial nº 02 da Quadra 12, na Região Administrativa de Sobradinho - RA V".

O projeto é inteiramente admissível, porque iniciativa de matérias dessa natureza é do Poder Executivo, e o Poder Legislativo autoriza que o Poder Executivo faça o ato administrativo de transferência. De maneira que o projeto está de acordo com o ordenamento jurídico, é inteiramente admissível. Fora dizer que é meritório porque quanto mais justiça se puder oferecer, melhor para a comunidade.

Então, nosso posicionamento é pela admissibilidade e pela aprovação do mérito do projeto de lei em debate.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Só sobre o projeto.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sem emenda.

Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 588, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.586, de 13 de julho de 2011, que dispõe sobre o objeto social da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, instituída pela Lei Federal nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972 e dá outras providências”.

Aprovados pareceres favoráveis da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças na forma da Emenda nº 2. Apresentadas duas emendas de plenário. A CAS deverá se manifestar sobre a Emenda nº 2, aprovada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e as Emendas nºs 4 e 5 de plenário. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto e as Emendas nºs 2, 4 e 5.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as Emendas nºs 2, 4 e 5.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 588, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.586, de 3 de julho de 2011, que dispõe sobre o objeto social da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, instituído pela Lei Federal nº 5.861, de 2 de dezembro de 1972 e dá outras providências”.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	32



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PARECER Nº _____, DE 2015

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ, sobre o Projeto de Lei nº 588, de 2015, que "Altera a Lei nº 4.586, de 13 de junho de 2011, que dispõe sobre o objeto social da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, instituída pela Lei Federal nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, e dá outras providências."

Autor: PODER EXECUTIVO

Relatora: Deputada SANDRA FARAJ

I – RELATÓRIO

Foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei acima evidenciado.

O art. 1º do Projeto de Lei altera a alínea "e" do inciso II do artigo 1º, da Lei nº 4.586/2011 com vistas a permitir que a TERRACAP assumira papel na manutenção dos bens públicos, assegurando a adequada prestação dos serviços públicos.

Os artigos 2º e 3º tratam, respectivamente, das cláusulas de vigência e de revogação das disposições contrárias.

De acordo com a Exposição de Motivos 07/2015 de lavra do Presidente da TERRACAP, Sr. Alexandre Navarro Garcia em conjunto com o Secretário de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do DF, Sr. Arthur Bernardes de Miranda, o Projeto de Lei se justifica pela premente necessidade de ampliação do escopo do objeto social da TERRACAP para além de simples agência imobiliária, tornando-a verdadeira agência de desenvolvimento do Distrito Federal.

Foram apresentadas quatro emendas e uma subemenda, no âmbito da CCJ, CEOF e Plenário.

É o Relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Ab initio, merece registro que incumbe, privativa e terminativamente, a esta C.C.J. exercer o juízo da proposição acima elencada quanto à admissibilidade, constitucionalidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, conforme o determinado pelo artigo 63, I, do Regimento Interno desta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	33



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Constata-se que o PL 588/2015 não apresenta vícios formais de natureza constitucional, legal ou regimental que impeçam a sua aprovação e admissibilidade no âmbito desta Comissão.

Em vista disso, **quanto à admissibilidade** do Projeto de Lei em apreço, restam atendidos o artigo 71, § 1º, inciso IV e o art. 100, incisos VI e X, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da prerrogativa do Governador do Distrito Federal para a iniciativa de leis complementares e ordinárias, o que afasta qualquer discussão acerca da invasão da iniciativa legislativa privativa do Governador.

Do ponto de vista material, o Projeto de Lei nº 588, de 2015, altera a Lei nº 4.586, de 13 de junho de 2011, que dispõe sobre o objeto social da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, instituída pela Lei federal nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, e dá outras providências, ampliando sua atuação no planejamento e execução da política de desenvolvimento urbano, de modo aderente ao insculpido nos artigos 314 e 315 de nossa Lei Orgânica.

No âmbito desta CCJ, foram apresentada a **Emenda Modificativa nº 01, Emenda Aditiva nº 03 e a Subemenda nº 04.**

Na CEOF, foi protocolada a **Emenda Modificativa de nº 02**, apresentada pelos deputados Júlio Cesar, Sandra Faraj, Robério Negreiros e Rodrigo Delmasso, que **pretendem determinar a exclusividade da NOVACAP, para licitar, contratar e fiscalizar a execução de obras e serviços.**

Passemos a análise das emendas:

Emenda Modificativa nº 1, somos por sua rejeição;

Emenda Modificativa nº 2, somos por sua aprovação;

Emenda Aditiva nº 3, somos por sua rejeição;

Subemenda nº 4, somos pela sua aprovação.

Emenda de Plenário nº 5, somos pela aprovação.

Pelo exposto, somos, no âmbito desta **Comissão da Constituição e Justiça**, pela **ADMISSIBILIDADE** do **Projeto de Lei nº 588/2015**, e da **EMENDA MODIFICATIVA nº 02**, na forma da **SUBEMENDA nº 04** e da **EMENDA DE PLENÁRIO nº 05.**

É o voto.

Sala das Comissões,

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADA SANDRA FARAJ
Relatora



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o projeto e as Emendas nºs 4 e 5.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, antes de o Deputado Agaciel Maia proferir o seu parecer, naturalmente após a reunião que ocorreu na Presidência – se os colegas puderem ouvir –, a questão da Vicente Pires, especificamente sobre a informação da divulgação de que o governo estaria pensando numa nova operação de demolição, eu não sei se V.Exa. já comunicou ao Plenário as tratativas feitas com o governo nas negociações acerca desse assunto.

Peço desculpas por perguntar a V.Exa. – eu cheguei há pouco, estava numa audiência na Polícia Militar –, só para ter claro o assunto, para que eu possa votar de maneira mais confortável, porque assumi um compromisso com aquela população e não gostaria de falhar neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou esclarecer. Nós fizemos um contato – eu e o Deputado Julio Cesar – e conseguimos uma audiência com o Governador. Ele suspendeu temporariamente as derrubadas esta semana, até sexta-feira. Nesta semana não haverá derrubada em Vicente Pires. Nós vamos ter uma conversa com o Governador para trazer uma resposta oficial, mas conseguimos pelo menos abrir um canal de negociação, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu quero agradecer a V.Exa. Estive presente lá na comunidade no dia de ontem, bem como o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Juarezão e o Deputado Izalci. Eu não poderia ficar sem ter um horizonte para, então, sentir-me mais confortável em dar o meu voto sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, de igual modo, eu também quero aqui me ombrear com o nobre Deputado Wasny de Roure e dizer a mesma coisa. Não votarei nenhuma proposta do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

governo enquanto não tivermos essa situação de Vicente Pires devidamente pacificada. O que aquela população está sofrendo no momento é algo aterrorizante. Precisamos do apoio desta Casa, sabemos que podemos contar com ela.

Quero parabenizar o Deputado Bispo Renato Andrade, que criou a frente parlamentar em defesa daquela população. Parabéns, Deputado. Era isso que esta Casa precisava fazer. Além disso, essa é uma ação prática, e esta Casa precisa dar uma resposta. Eu acho que a resposta, neste momento, é defender a população de novas derrubadas. É importante que esta Casa impeça novas derrubadas.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado. (Pausa.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, antes de o Deputado Agaciel Maia proferir o parecer, eu faço uma questão de ordem com base no art. 192 do Regimento Interno. Peço que, logo após a votação nas comissões, a votação em plenário seja feita de forma nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Enquanto esperamos o Deputado Agaciel Maia, hoje, ao ler os jornais, vi a possibilidade de o Governo do Distrito Federal cobrar 12 mil reais, Deputada Luzia de Paula, das pessoas que tiveram as casas derrubadas, cobrar pela operação. Eu acho que isso precisa ser discutido por esta Casa também. As pessoas já estão com as casas derrubadas, com as vidas destruídas, não é? Então, é algo que eu quero trazer para este Plenário. (Pausa.)

Hoje é dia do profissional de educação física, e quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar todos vocês pela data. A gente tem um trabalho junto com esses profissionais. Parabéns pela data.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, enquanto o pessoal se entende ali, eu quero colocar uma grande preocupação. V.Exa. sabe a luta que foi aqui pela aprovação do plano de educação do Distrito Federal. Esse plano foi debatido amplamente com a população, especialmente com os interessados, que são a comunidade escolar, pais, mães, professores e servidores. Chegaram a um entendimento quanto a esse projeto que o Executivo encaminhou a esta Casa. Houve debates acalorados aqui no sentido da aprovação desse projeto. É um plano que vale por 10 anos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Para nossa surpresa, eu fui procurado hoje pelo pessoal do fórum de educação – o sindicato dos professores, o sindicato dos auxiliares, um conjunto de entidades –, que deu conta de que o Governo do Distrito Federal vetou 41 artigos do Plano de Educação.

Eu fico imaginando: se o projeto é de origem do governo – só ele poderia mandar, Deputado Chico Leite –, como é que o próprio governo o veta? O projeto é do governo, o governo manda o projeto, a gente faz toda aquela batalha e depois ele veta. Quando a política está muito complicada, acho que cabe perfeitamente aquele ditado: a situação está tão feia, que até vaca não conhece bezerro. É o que está acontecendo. Acho uma maluquice completa o governo vetar o próprio governo.

Eu sei que todos nós teremos bom senso. Precisamos de treze votos para derrubar os vetos. Se o governo não queria, não fizesse o acordo que fez. Fez o entendimento, aí fica com a ideia de que deu um passo de moleque. Manda e depois veta? O plano é por 10 anos. Em alguns pontos, ele alega que o Brasil está em crise. A crise não vai durar 10 anos!

Portanto, eu espero que a gente venha derrubar esses vetos o mais rápido possível.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator da CEOF, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 588, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.586, de 13 de julho de 2011, que dispõe sobre o objeto social da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, instituída pela Lei Federal nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, e dá outras providências”.

Essa matéria foi examinada hoje pela manhã na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, onde nós acatamos e aprovamos a Emenda Modificativa nº 2. Essa emenda foi assinada também pela Deputada Telma Rufino, apesar de, na digitação, isso ter sido omitido. Portanto, fazemos esta correção: a Emenda Modificativa nº 2, aprovada hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, tem também a assinatura da Deputada Telma Rufino.

Foi apresentada ainda a Emenda nº 4. Esta é uma subemenda, que é considerada emenda, é a Emenda nº 4, apresentada na Comissão de Constituição e Justiça; e a Emenda nº 5, uma emenda aditiva apresentada pela bancada do Partido dos Trabalhadores, que foi acordada na Liderança.

No que se refere à Emenda nº 4, Sra. Presidente, eu sou pela inadmissibilidade. No meu parecer, Deputado Chico Vigilante, deixei claro que a inadmissibilidade se deu porque a expressão “diretamente pela Novacap” pode gerar um entendimento de que diretamente signifique dispensa do processo licitatório.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Então, para que não haja essa interpretação, estamos deixando claro aqui nos anais, ao votar, que a inadmissibilidade dessa emenda se dá exatamente por esse aspecto.

Portanto, quanto à Emenda 4, eu sou de parecer contrário. Quanto à Emenda nº 5, de autoria do Partido dos Trabalhadores, assinada pelos Deputados Chico Vigilante, Chico Leite, Ricardo Vale e Deputado Wasny de Roure, que adita ao § 2º, do projeto de lei, o seguinte artigo, renumerando-se os demais: art. 2º: Fica a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap, autorizada a executar obras de reforma, ampliação, construção ou reconstrução de unidades de ensino da educação básica da rede pública do Distrito Federal.

Portanto, pelas argumentações apresentadas, a Novacap poderia fazer obras desde que fossem na calçada e fora das escolas, mas não poderia fazer dentro. Com essa sugestão apresentada pelo Partido dos Trabalhadores, a Novacap também poderá fazer obras dentro das escolas. Além da Secretaria de Estado de Educação, que faz a licitação, a Novacap também poderá agir.

Diante do exposto, o parecer desse Relator é pela admissibilidade dessa emenda. Sou favorável à Emenda Aditiva nº 5, apresentada pelo Partido dos Trabalhadores.

Sra. Presidente, manifestamo-nos pela aprovação e admissibilidade dessa emenda – apenas uma emenda – aprovada em Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita o parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas nº 2 e nº 5.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto a dar parecer sobre esse projeto, porque ele foi emendado na Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 588, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.586, de 13 de julho de 2011, que dispõe sobre o objeto social da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, instituída pela Lei Federal nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, e dá outras providências”.

Eu quero dizer a V.Exa. que considero meritórias – porque acordadas no Colégio de Líderes – a Emenda Modificativa nº 2 e a Emenda de Plenário nº 5, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

maneira que eu me manifesto pela aprovação do projeto em debate, acatadas a Emenda Modificativa nº 2 e a Emenda de Plenário nº 5.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	39



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 01/09/2015

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL



VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

COMISSÕES: CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC

CDESEMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

PROJETO DE LEI Nº(S): 588/2015

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): _____

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADO(A) _____ Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB			X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT			X			
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			20		4			


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, está acontecendo um fato muito grave hoje à tarde no Distrito Federal.

A empresa Pioneira, que faz linha para o Gama, opera a Bacia do Gama, inclusive com o BR Transportes, inventou de colocar os ônibus sem cobradores, e todos nós sabemos que o contrato que ela assinou tem a figura do cobrador. Os rodoviários tinham prometido que no dia em que ela operasse o primeiro ônibus sem cobradores, eles iriam paralisar as atividades e assim o fizeram na tarde de hoje. Pararam ali na altura da Chácara das Flores.

A paralisação seria por uma hora, só que depois da paralisação de uma hora, os passageiros resolveram estender a greve em respeito aos rodoviários.

Portanto, eu quero fazer um apelo aqui ao Governo do Distrito Federal: está passando da hora de fazer uma intervenção na empresa Pioneira, a exemplo do que foi feito pelo Governo Agnelo no Grupo Amaral e na Viplan. Passou da hora.

A verdade é que toda a região do Gama, de Santa Maria, de Luziânia está tudo parado em função da greve dos rodoviários. Isso está ocorrendo pela irresponsabilidade de uma empresa que fica querendo colocar ônibus sem cobrador.

Portanto, que o governo tenha a coragem de fazer uma intervenção na Pioneira para respeitar o interesse dos trabalhadores.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de parabenizar S.Exa., o Deputado Chico Vigilante. Realmente é um absurdo a proteção que a Pioneira tem do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Palavras do Presidente da CPI dos Transportes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Quero aproveitar a oportunidade para convidar os Parlamentares para a comemoração do aniversário do Deputado Joe Valle hoje na Churrascaria Pampa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de registrar uma sessão solene que ocorreu no dia de hoje para comemorar os quarenta anos do Centro Interescolar de Línguas do Distrito Federal, o Centro nº 1. O Secretário-adjunto de Educação anunciou que serão criados quatro novos Centros Interescolares de Línguas nas cidades de Samambaia, Paranoá, Núcleo Bandeirante e em outra cidade, cujo nome esqueci. Com esses quatro centros, completaria o ciclo dessa atividade educacional no setor público em Brasília.

Quero, portanto, cumprimentar essas metas estabelecidas pela Secretaria de Educação.

Muito obrigado.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 590, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)”.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito inversão de pauta e até, se possível, a votação do Projeto de Lei nº 1.985, já que os proprietários de academias estão aqui há algum tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Vamos votar o projeto do Deputado Chico Leite e, em seguida, o projeto das academias.

Item extrapauta nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.896, de 2014, de autoria do Deputado Chico Leite, que “acrescenta artigo à Lei nº 4.949, de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal para determinar a publicação da justificativa dos gabaritos pelas bancas examinadoras”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.985, de 2014, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “altera a Lei 2.185, de 30 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o registro e o funcionamento de academias e de estabelecimentos que atuam na área do ensino e prática de modalidades esportivas no Distrito Federal e dá outras providências”.

Aprovado o parecer favorável na CAS na forma da Emenda nº 1. Apresentadas duas emendas de plenário. A CAS deverá se manifestar sobre as emendas. A CESC e a CCJ deverão se manifestar sobre os projetos e as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita o parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Boa noite ao pessoal das academias. O parecer é somente sobre as emendas ao Projeto de Lei nº 1.985, de 2014.

Antes de proferir o meu parecer, desde já, eu queria dizer que, desde o início, eu fui favorável à ideia do PAR-Q, que era o anseio de vocês. Fui eu que proferi o parecer na Comissão de Assuntos Sociais. Agora só vou me manifestar referentemente às emendas de plenário. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Enquanto isso, nós votaremos os requerimentos e as moções.

Solicito ao Deputado Rodrigo Delmasso que secretarie os trabalhos da Mesa.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e moções em bloco pelo processo simbólico. (Pausa.)

Como há acordo, passamos à votação.

Item nº 108:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 178, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de Louvor pelo 50º aniversário da Associação Pestalozzi de Brasília”.

Item nº 109:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 179, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de Louvor e parabeniza os Administradores do Distrito Federal pelo seu dia”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Item nº 110:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 180, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “manifesta votos de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, o Dr. Aparecido dos Santos, *in memoriam*, pelos 30 anos de valorosos trabalhos desempenhados em prol da expansão da educação superior em Brasília”.

Item nº 111:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 181, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “manifesta votos de louvor à Comissão técnica e alunos/atletas da Escola Franciscana Nossa Senhora de Fátima pelo vice-campeonato no Mundial de Futsal da FISEC, realizado na República de Malta, em julho de 2015”.

Item nº 112:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 182, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “manifesta votos de louvor ao aluno/atleta Matheus Henrique Costa Pereira de Araújo, da Escola Franciscana Nossa Senhora de Fátima, pela conduta de honestidade e lisura apresentada na final do Mundial de Futsal da FISEC, realizado na República de Malta, em julho de 2015”.

Item nº 113:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 184, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de aplausos parabenizando a Revista CARGA DE NOTÍCIAS, pelo o Artigo 'Assédio Moral: como preveni-lo?'”.

Item nº 114:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 868, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “requer a realização de Audiência Pública para debater alternativas que possam ser adotadas pelo governo em benefício da atividade profissional dos Ambulantes e Empreendedores Individuais no âmbito do Distrito Federal”.

Item nº 115:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 869, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “requer a realização de Audiência Pública para debater o uso e a ocupação comercial da orla do Lago Paranoá”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 188, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza Caio Sena Bonfim, como o quinto colocado no *ranking* do circuito mundial de marcha atlética e pela conquista da medalha de bronze nos jogos Pan-Americanos de Toronto – Canadá 2015.”



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 190, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino e do Deputado Cristiano Araújo, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento 630, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “requer a realização de audiência pública para discutir o programa habitacional voltado para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida”.

Em discussão os requerimentos e as moções. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos e as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos e as moções foram aprovados com a presença de 18 Deputados.

Item extrapauta nº 4:

Discussão e Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.985, de 2014, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “altera a Lei nº 2.185, de 30 de dezembro de 1998, que ‘dispõe sobre o registro e o funcionamento de academias e de estabelecimentos que atuam na área do ensino e prática de modalidades esportivas no Distrito Federal, e dá outras providências’”.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Sociais sobre o projeto e as emendas de plenário.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.985, de 2014, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “altera a Lei nº 2.185, de 30 de dezembro de 1998, que ‘dispõe sobre o registro e o funcionamento de academias e de estabelecimentos que atuam na área do ensino e prática de modalidades esportivas no Distrito Federal, e dá outras providências’”.

Sra. Presidente, fica rejeitada a Emenda nº 02, de autoria do Deputado Prof. Israel, que colocaria como obrigatória a avaliação física. Fica rejeitada a emenda, ou seja, não será obrigatória. Também fica rejeitada a Emenda nº 3, modificativa, do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que exigia o atestado para abaixo de 18 e acima de 70 anos. Fica rejeitada esta, a Emenda nº 3. Acolhe-se, então, a Emenda nº 4, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Plenário, que altera o inciso I do projeto, passando a que, entre 16 e 18 anos, seja necessária a autorização dos pais para fazer atividade física nas academias.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a despeito do maior respeito que tenho ao Deputado autor da proposição, eu considero – não sou entendido da matéria – bastante temerário isentar da necessidade de um exame médico para ir a uma academia. Naturalmente não tenho mais 18 anos, tenho 64. Se eu for a uma academia no novo termo que essa proposta passa, torna-se dispensável com um simples questionário que eu preencho.

Diz o cabeçalho do questionário: “Este questionário tem como objetivo identificar a necessidade de avaliação por um médico antes do início da atividade”. Aí vem o nome da pessoa, depois diz: “Caso você responda ‘sim’ a uma ou mais perguntas, converse com o seu médico”.

Ora, se o próprio anexo prevê a necessidade da opinião do médico, por que não a academia exigir o atestado médico ou até mesmo ter o médico e incluir na sua inscrição aquela consulta, hoje na faixa de duzentos, trezentos reais?

Portanto, a essa flexibilização, eu tenho muito receio de votar favoravelmente. Com todo o respeito a quem tem mais acúmulo na matéria, o meu voto hoje é contrário a essa mudança que se pretende fazer. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Primeiro eu quero manifestar todo apreço e respeito ao meu amigo Deputado Wasny, até gostaria de pedir que todos o respeitassem pelo acúmulo de conhecimento que S.Exa. adquiriu ao longo de muitos anos.

Para justificar, Deputado Wasny, primeiro o PAR-Q – Questionário de Prontidão para Atividade Física é um protocolo mundial. Não se chegou a isso à toa. Depois, até por uma questão de cultura, nós brasileiros criamos a ideia de dependência. Eu acho que a academia é que tem de ficar cuidando de mim. Sou eu que tenho que cuidar da minha saúde! Eu é que tenho de saber se eu estou em condições! Eu é que tenho de saber que eu tenho que tirar o atestado médico! (Palmas.)

Nós já chegamos ao esdrúxulo de pensar, um dia, que um estabelecimento, um restaurante era responsável por alguém que foi lá, bebeu todas e bateu o carro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

O dono do bar era responsável pela batida junto com o cara que foi lá, tomou todas e bateu o veículo! Esse tipo de raciocínio é inadmissível!

Eu acho que, nesse caso, é um avanço importante, Presidente. E mais, volto a dizer, essas pessoas, proprietários, os professores de educação física nos trouxeram isso porque eles estão no dia a dia. Não foi uma invenção da nossa cabeça, nem minha, nem da senhora, eles são os verdadeiros especialistas que estão no dia a dia.

Então, pode ter certeza absoluta, traz à realidade a necessidade dessas academias.

Então, eu não tenho dúvidas do que vai ser feito. Eu acho que o Deputado Prof. Reginaldo Veras aprimorou, sim, quando trouxe para dezoito anos, até por conta da questão da responsabilidade civil.

No mais, eu não tenho dúvidas de que é uma necessidade. Aprovar essa matéria vai ser um ganho para as academias, para os praticantes de educação física, que vão hoje, sem burocracia, buscar as academias. Isso passa a ser um incentivador.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Na ausência do Deputado Rafael Prudente, a Presidência designa o Deputado Rodrigo Delmasso para emitir parecer sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, o parecer ainda não foi votado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não foi votado?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não. Eu iria votar contra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Correto.

Continua em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Wasny de Roure.

Solicito ao Relator, Deputado Rodrigo Delmasso, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre o projeto e as emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.985, de 2014, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “altera a Lei nº 2.185, de 30 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o registro e o funcionamento de academias e de estabelecimentos que atuam na área de ensino e prática de modalidades esportivas no Distrito Federal, e dá outras providências”.

A Comissão de Educação, Saúde e Cultura, com base no Regimento desta Casa, foi instada a apresentar parecer referente ao Projeto de Lei nº 1.985, de 2014.

O presente projeto foi avaliado também na Comissão de Assuntos Sociais, na qual a Emenda nº 1, apresentada naquela comissão, e a Emenda nº 4, apresentada no plenário, foram aprovadas, e as Emendas nºs 2 e 3, também apresentadas em plenário, foram rejeitadas.

Tendo em vista o que estabelece o Regimento Interno desta Casa e conforme o que foi apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais, voto pela aprovação do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – E as emendas? V.Exa. deu parecer sobre a aprovação do projeto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, eu falei das emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Falou? (Pausa.)

Em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Wasny de Roure.

Na ausência da Deputada Sandra Faraj, esta Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.985, de 2014, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “altera a Lei nº 2.185, de 30 de dezembro de 1998, que dispõe



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

sobre o registro e o funcionamento de academias e de estabelecimentos que atuam na área de ensino e prática de modalidades esportivas no Distrito Federal, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação da Emenda nº 1, apresentada na Comissão de Assuntos Sociais; pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3, de Plenário; e pela aprovação da Emenda nº 4, de Plenário.

Somos pela admissibilidade do projeto, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.985, de 2014. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, não tratarei do mérito do projeto, mas da formalidade do procedimento. Desde o início desta legislatura, todos os presidentes de comissão estão defendendo a valorização das comissões. É lá que o debate pleno é feito, que o contraditório é apresentado. É lá na comissão que nós temos tempo de pedir consultoria aos competentes técnicos desta Casa. É lá na comissão que a gente pode ligar para um especialista, consultar um especialista do Senado com quem a gente tem contato, e formular um relatório embasado, justo, para se tomar uma decisão terminativa sobre tema tão importante para a sociedade do Distrito Federal, até porque educação física é um tema de saúde pública.

Então, primeiro fica a crítica a esses atropelos que sempre acontecem aqui, com projetos de lei apresentados sem que tenham passado pelo procedimento correto dentro das comissões.

Eu, Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que deveria relatar isso, não me senti seguro para relatar. Sou colega dos companheiros que estão na galeria, também sou formado em Educação Física, ainda que nunca tenha exercido a profissão, mas sinto-me realmente inseguro. Consultei o presidente do sindicato dos médicos, que me apontou um fisiologista para que eu pudesse embasar o meu voto, e mesmo assim não me sinto seguro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Então, fica a crítica à nossa forma de conduzir o trabalho aqui na Casa. Matéria relevante e importante como esta, tanto para os profissionais de Educação Física como para a saúde da população da Distrito Federal, tem que ser debatida com mais cautela, tem que passar nas comissões.

Agora isso é passado, vamos ao voto, Sra. Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Continua em discussão.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário e 1 abstenção.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 590, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 250.000,00”.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 590, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 250.000,00.”

Sra. Presidente, essa matéria foi hoje apreciada pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e foram apresentadas emendas pela Deputada Luzia de Paula, pelo Deputado Rodrigo Delmasso, pela Deputada Celina Leão, pelo Deputado Chico Vigilante, pelo Deputado Julio Cesar, pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras, pela Deputada Sandra Faraj, pelo Deputado Lira, pelo Deputado Bispo Renato Andrade, pelo Deputado Juarezão, pelo Deputado Robério Negreiros, pelo Deputado Dr. Michel e pelo Deputado Agaciel Maia. Todas essas emendas apresentadas pelos Deputados foram aprovadas hoje pela manhã na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Foram apresentadas 14 emendas de plenário: as Emendas nºs 1, 2 e 3 foram apresentadas pelo Deputado Ricardo Vale; as Emendas nºs 4 e 5, pela Deputada Celina Leão; a Emenda nº 6, pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras; as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Emendas nºs 7, 8, 9, 10, 11 e 12, pelo Deputado Joe Valle; a Emenda nº 13, pelo Deputado Wasny de Roure; e a Emenda nº 14 foi apresentada pelo Deputado Dr. Michel. Todas, na realidade, tratam do mesmo objetivo que foi examinado pela manhã, apenas remanejamentos que são facultados aos Deputados no valor das emendas aprovadas por esta Casa.

Portanto, acato as 14 emendas apresentadas; voto pela admissibilidade e aprovação das emendas apresentadas em plenário, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	51



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



PARECER Nº /2015

**DA COMISSÃO DE ECONOMIA,
ORÇAMENTO E FINANÇAS (CEOF), sobre
o Projeto de Lei nº 590/2015 que abre
crédito suplementar à Lei Orçamentária
Anual do Distrito Federal, no valor de R\$
250.000,00.**

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado AGACIEL MAIA

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF, por meio da Mensagem nº 155/2015-GAG, o Projeto de Lei – PL nº 590/2015, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

O art. 1º do PL abre crédito suplementar para atender às programações orçamentárias indicadas no anexo II.

O art. 2º declara que o crédito suplementar é financiado, nos termos do art. 43, §1º, II e III, da Lei Federal nº 4.320, pela anulação de dotações orçamentárias constantes no anexo I.

Por fim, os artigos 3º e 4º tratam, respectivamente, das cláusulas de vigência e revogatória geral.

De acordo com a Exposição de Motivos que instrui o PL, a alteração orçamentária proposta visa abrir crédito em favor da Fundação Jardim Zoológico de Brasília para o custeio da manutenção da frota de veículos da entidade.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito o Governador, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que o projeto de lei seja apreciado em regime de urgência.

Foram apresentadas as emendas constantes da Tabela 1.

É o Relatório.

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
PL Nº 590 12015
Fls. Rubrica



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	52



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



II – VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF (art. 64, II, "b"), compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre proposições que versem sobre créditos adicionais.


No que tange às normas legais que disciplinam os créditos adicionais, a proposição deve observar a Constituição Federal de 1988 – CF/88; a Lei federal n.º 4.320/1964; a Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF; a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar n.º 101/2000); o Plano Plurianual (Lei n.º 4.742/2011); a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2014 (Lei n.º 5.389/2014); e a Lei Orçamentária Anual – LOA/2015 (Lei distrital n.º 5.442/2014); sendo que tais normas foram cumpridas.

Quanto às emendas apresentadas, verifica-se que as mesmas têm por objeto o remanejamento de prioridades anteriormente especificadas por cada parlamentar e não apresentam impropriedades técnicas ou formais. Vale ressaltar que emenda n.º 80 apresentada por este Relator visa atender solicitação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme Ofício n.º 056/2015-Segedam(GP), de 26 de agosto de 2015.

A Tabela 1 mostra a situação de cada emenda analisada por este Relator:

TABELA 1 - EMENDAS APRESENTADAS AO PL Nº 590/2015

Nº Emenda	Autor	UO	Valor R\$	Parecer
1	Luzia de Paula	28111	50.000,00	Retirada pela autora conf. Memo nº 068/2015-Gab.24
2	Luzia de Paula	28111	150.000,00	Acatada
3	Luzia de Paula	28111	100.000,00	Retirada pela autora conf. Memo nº 068/2015-Gab.24
4	Luzia de Paula	28111	150.000,00	Acatada
5	Rodrigo Delmasso	9101	500.000,00	Acatada
6	Celina Leão	9101	570.000,00	Acatada
7	Luzia de Paula	28111	50.000,00	Acatada
8	Luzia de Paula	28111		Acatada


Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
Pl. Nº 590 / 2015
Fls. Rubrica



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	53



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



			500.000,00	
9	Luzia de Paula	28111	150.000,00	Acatada
10	Luzia de Paula	28111	150.000,00	Acatada
11	Luzia de Paula	28111	100.000,00	Acatada
12	Rafael Prudente	22101	200.000,00	Acatada
13	Rafael Prudente	22101	200.000,00	Acatada
14	Celina Leão	9128	1.000.000,00	Acatada
15	Celina Leão	9128	600.000,00	Acatada
16	Celina Leão	9108	1.000.000,00	Acatada
17	Celina Leão	9135	300.000,00	Acatada
18	Chico Vigilante	18101	84.725,53	Acatada
19	Chico Vigilante	22201	160.064,06	Acatada
20	Chico Vigilante	22201	150.000,00	Acatada
21	Chico Vigilante	22201	270.000,00	Acatada
22	Chico Vigilante	22201	444.030,77	Acatada
23	Chico Vigilante	22201	142.074,32	Acatada
24	Chico Vigilante	22201	135.363,50	Acatada
25	Chico Vigilante	18101	262.595,72	Acatada
26	Chico Vigilante	22201	333.816,36	Acatada
27	Chico Vigilante	22201	146.000,00	Acatada
28	Chico Vigilante	18101	197.094,10	Acatada
29	Chico Vigilante	18101	250.857,32	Acatada
30	Chico Vigilante	18101		Acatada



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	54



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



			307.962,19	
31	Chico Vigilante	18101	175.312,77	Acatada
32	Chico Vigilante	22201	300.000,00	Acatada
33	Chico Vigilante	18101	140.103,36	Acatada
34	Chico Vigilante	22201	500.000,00	Acatada
35	Julio Cesar	9101	570.000,00	Acatada
36	Prof. Reginaldo Veras	18101	258.216,04	Retirado pelo autor, conf. Memo nº 99/2015.
37	Prof. Reginaldo Veras	18101	426.832,43	Acatada
38	Prof. Reginaldo Veras	18101	309.041,10	Acatada
39	Prof. Reginaldo Veras	18101	162.373,33	Acatada
40	Prof. Reginaldo Veras	18101	224.373,12	Acatada
41	Prof. Reginaldo Veras	18101	204.835,71	Acatada
42	Prof. Reginaldo Veras	18101	339.720,38	Acatada
43	Prof. Reginaldo Veras	18101	147.257,64	Acatada
44	Prof. Reginaldo Veras	18101	305.464,91	Retirado pelo autor, conf. Memo nº 99/2015.
45	Prof. Reginaldo Veras	18101	180.787,75	Acatada
46	Prof. Reginaldo Veras	18101	180.787,75	Retirado pelo autor, conf. Memo nº 99/2015.
47	Prof. Reginaldo Veras	18101	556.654,85	Retirado pelo autor, conf. Memo nº 99/2015.
48	Prof. Reginaldo Veras	18101	295.917,26	Acatada
49	Sandra Faraj	26101	100.000,00	Acatada
50	Sandra Faraj	9105	500.000,00	Acatada

Assf



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	55



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



51	Sandra Faraj	17101	100.000,00	Acatada, com meta 100.
52	Sandra Faraj	9105	150.000,00	Acatada
53	Sandra Faraj	9105	150.000,00	Acatada, com meta 150.
54	Sandra Faraj	26101	50.000,00	Acatada
55	Sandra Faraj	9105	50.000,00	Acatada
56	Lira	22201	300.000,00	Acatada
57	Lira	14203	30.000,00	Acatada
58	Lira	14101	400.000,00	Acatada
59	Lira	22101	150.000,00	Acatada
60	Lira	14101	80.000,00	Acatada
61	Lira	14101	150.000,00	Acatada
62	Lira	26205	61.000,00	Acatada
63	Lira	28116	73.000,00	Acatada
64	Lira	28116	150.000,00	Acatada
65	Lira	22101	300.000,00	Acatada
66	Lira	28901	217.000,00	Acatada
67	Lira	28901	53.000,00	Acatada
68	Bispo Renato Andrade	28104	600.000,00	Acatada
69	Bispo Renato Andrade	22101	150.000,00	Acatada
70	Bispo Renato Andrade	22101	150.000,00	Acatada
71	Bispo Renato Andrade	22101	300.000,00	Acatada

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
Pl. Nº 590 12015
Fls. _____ Rubrica _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	56



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



72	Bispo Renato Andrade	28111	580.000,00	Acatada
73	Prof. Reginaldo Veras	18101	258.216,04	Acatada
74	Prof. Reginaldo Veras	18101	556.654,85	Acatada
75	Prof. Reginaldo Veras	18101	305.464,91	Acatada
76	Prof. Reginaldo Veras	18101	180.787,75	Acatada
77	Julio Cesar	18101	197.047,33	Acatada
78	Julio Cesar	22101	200.000,00	Acatada
79	Julio Cesar	34101	250.000,00	Acatada
80	RELATOR DEP. AGACIEL MAIA	2101	2.200.000,00	Acatada
81	Julio Cesar	22101	146.000,00	Acatada
82	Juarezão	28106	150.000,00	Acatada
83	Robério Negreiros	21207	550.000,00	Acatada
84	Robério Negreiros	21207	150.000,00	Acatada
85	Dr. Michel	13101	16.000.000,00	Retirada
86	Agaciel Maia	28108	1.000.000,00	Acatada

Dessa forma, tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece o desenvolvimento da atuação governamental, votamos pela **admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei n.º 590/2015**, com as emendas apresentadas e acatadas na forma da Tabela 1, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Sala das Comissões, 1 de setembro de 2015


DEPUTADO AGACIEL MAIA
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer sobre as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 590, de 2015, em primeiro turno, destacadas as emendas nºs 15 e 16. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Em discussão as Emendas nº 15 e 16, de autoria da Deputada Celina Leão, destacadas do Projeto de Lei nº 590, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas destacadas.

Os Deputados que aprovam as emendas permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Só para explicar: os Deputados que forem contrários às Emendas nºs 15 e 16 permaneçam como estão; os que forem favoráveis queiram manifestar-se. (Pausa.)

As Emendas nºs 15 e 16 foram rejeitadas com a presença de 15 Deputados.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação, em segundo turno, dos seguintes itens:

- Projeto de Lei nº 589, de 2015;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 9 2015	17h18min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

- Projeto de Lei nº 588, de 2015;
- Projeto de Lei nº 590, de 2015;
- Projeto de Lei nº 1.985, de 2014; e
- Projeto de Lei nº 1.896, de 2014.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-s e a sessão às 19h56min.)